

# PROGRAMA MONUMENTA: A RELAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS COM OS FLUXOS DE CAPITAL INTERNACIONAL E O TURISMO

Maria Helena Mattos Barbosa dos Santos  
Universidade Federal de São Carlos-campus Sorocaba

## Resumo

A pesquisa a que se refere esse artigo, ainda em fase inicial, terá como objeto de investigação de caráter exploratório o Programa Monumenta, em âmbito nacional e municipal, mas mais detalhadamente no âmbito municipal, visto que se essa investigação buscará analisar com mais detalhe o histórico e o desenvolvimento desta política pública nos municípios de Pelotas (RS), Porto Alegre (RS) e São Francisco do Sul (SC). A referida pesquisa, que será desenvolvida em duas etapas – pesquisa de gabinete e pesquisa de campo – com o objetivo de compreender o contexto político, econômico e social nacional no qual foi elaborado o Programa Monumenta, bem como descrever o processo de concepção dessa política pública de preservação do patrimônio cultural e analisar o seu desenvolvimento na região sul do Brasil, utilizará enquanto procedimentos metodológicos o método histórico e o método descritivo, bem como a metodologia de estudo de caso, as técnicas de pesquisa documental, bibliográfica, de entrevista e de observação livre, a partir de uma abordagem qualitativa, salientando-se que para a análise dos dados e informações coletadas na pesquisa de gabinete e de campo será utilizada a metodologia de Análise de Conteúdo, e que, para a análise do Programa Monumenta, será realizada uma descrição com abordagem qualitativa das dimensões material (*policy*), institucional (*polity*) e processual (*politics*) da política pública. A realização dessa pesquisa se justifica face à ampliação de estudos sobre as políticas públicas oficiais de cultura e de preservação do patrimônio cultural, as instituições públicas responsáveis tanto pela cultura quanto preservação do patrimônio cultural, sobre os agentes políticos que integram essas instituições e, especialmente, sobre o próprio Programa Monumenta.

## Introdução

A dimensão material e subjetiva das cidades<sup>1</sup>, expressas pelos elementos naturais, pelos elementos edificados pela ação humana e pelos processos sociais que se desenvolveram no espaço, se configura como a estrutura para o desenvolvimento das sociedades, assim como a base sobre a qual estas distribuíram e distribuem as marcas que remetem às características que, no âmbito da cultura, explicitam os valores, os significados, os saberes e as crenças que ao longo do tempo permearam a sua existência

---

<sup>1</sup> A concepção de cidade que aqui é tratada refere-se à reflexões teórico-científicas apresentadas por Argan (2005); Gregotti (2008) e Bess (2008).

e que, contemporaneamente, na sociedade global, as singularizam. Tais marcas são consideradas expressões culturais dessas diferentes sociedades, sendo que, parte dessas expressões, que são denominadas bens culturais, é selecionada para ser preservada e legada aos grupos sociais procedentes àquele que o produziu, compondo assim o patrimônio cultural de um povo.

A conformação do patrimônio cultural se dá por um processo de seleção de bens que, em geral, se justifica por explicitar a história das sociedades e das cidades, os quais constituem elementos necessários a formação da cultura de um povo, de sua memória e de sua identidade no mundo, bem como indispensáveis a percepção desses indivíduos enquanto atores sociais construtores da história das cidades e das sociedades, à valorização dessa história e de sua cultura e à sua preservação.

Entende-se, portanto, que a conformação do patrimônio cultural de um povo se dá por um processo consciente e arbitrário, realizado do e para o presente, a partir de uma leitura de processos históricos e da seleção de elementos, materiais ou imateriais, aos quais se atribui significados, valores e funções, vinculados ou não uma identidade, mas que certamente constituem memórias<sup>2</sup> que são compreendidas como importantes para os indivíduos no presente – por conta de sua utilidade material ou do interesse por sua dimensão simbólica, ou seja, de suas diferentes significações (políticas, históricas, artísticas, ambientais e afetivas). Estas memórias são valorizadas e tornam-se justificativa para a preservação, assim como ao longo do tempo são acionadas apenas pela constante

---

<sup>2</sup> O termo memória empregado nesse texto refere-se à conceituação elaborada por Izquierdo (1989, p. 89), segundo a qual as memórias, visto que não há apenas uma memória, são constituídas a partir de processos de “[...] conservação do passado através de imagens ou representações que podem ser evocadas” e referem-se a experiências humanas e animais que são armazenadas no cérebro, a partir das quais se desenvolvem os processos de aprendizagem. Em complemento, Santos (2003, p. 20; 25-26) afirma que “a memória que é valorizada é aquela que tem vínculos com o passado, [...] com experiências transmitidas e negociadas. É uma memória a um só tempo individual e coletiva, e que pode ser percebida entre indivíduos, considerados sujeitos do conhecimento e da ação política”, salientando inclusive que esta “[...] não é só pensamento, imaginação e construção social; ela é também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências [...] excede o escopo da mente humana, do corpo, do aparelho sensitivo e motor e do tempo físico, pois ela também é o resultado de si mesma; ela é objetivada em representações [...]” e “[...] é fundamental compreender que a memória é sempre sujeito e objeto de conhecimento”.

produção e uso da cultura, processo que possibilita a organização da vida cotidiana e a conformação das auto-identidades e do auto-respeito.

Independentemente da ação preservacionista se processar a partir da ação de um grupo social ou do Estado, para Arantes (1984, p. 08-09), a conformação e a defesa do patrimônio se origina “[...] do desejo manter laços de continuidade com o passado”, que se liga com o processo de “[...] construção do ambiente (lugar e território) onde se desenvolvem modos de vida diferenciados, muitas vezes contraditórios entre si” e que constitui a “[...] face cultural do processo político de construção de lideranças morais e intelectuais legítimas”. Assim, a preservação<sup>3</sup> visa garantir a permanência de elementos históricos em lugares – localizados em áreas rurais ou nas cidades<sup>4</sup> – para que a partir destes, segundo Bolle (1984, p. 13-14), se acione a memória involuntária dos sujeitos históricos, “impregnada pelos traços da situação a partir da qual ela nasceu”, e sua memória afetiva, da qual “[...] depende a preservação da identidade, sua ou do seu grupo; ela é o núcleo de sua preservação”.

Pesquisar a produção cultural dos diferentes grupos sociais e selecionar os bens culturais que serão objetos de preservação não constitui tarefa simples aos agentes políticos incumbidos dessa responsabilidade. Isto porque, sua atuação também se processa a partir de um olhar e uma ação que toma como objeto de atenção um recorte da realidade concreta, a partir de uma forma de observar e analisar esse recorte, forma

---

<sup>3</sup> A concepção de preservação que se entende como norteadora das reflexões e análises críticas a que se propõe ao desenvolvimento da pesquisa prevista nesse projeto refere-se aos conceitos e discussões teóricas elaboradas por Arantes (1984; 1987), Bolle (1984), Choay (2001), Durham (1984), Fonseca (2005), Leite (2004), Rodrigues (1987; 1998), Russio (1984) e Saia (1984), da qual cabe destacar que, teoricamente, a atuação oficial em prol da preservação de expressões culturais da sociedade e de bens do meio ambiente, que também parte de uma seleção realizada no e considerando o tempo presente, está intimamente relacionado a um projeto para e com a sociedade, o desenrolar de um processo político e cultural que toma como o “homem” como o elemento balizador e finalidade última para a ação preservacionista e, portanto, se constitui num campo de disputas simbólicas entre os segmentos sociais, porque pressupõe a complexidade cultural e as relações entre os sujeitos históricos e os significados por estes atribuídos às manifestações imateriais e materiais de uma cultura resultante de uma prática social dinâmica.

<sup>4</sup> A concepção de cidade que aqui é tratada refere-se à reflexões e conceituações apresentadas por Argan (2005); Bess (2008); Bresciani (1994), Gregotti (2008) Le Goff (1998) e Rolnik (1997).

essa que é delineada pela história de vida e por subjetividades (valores, formas de pensar, preconceitos, interesses, desejos etc.).

Contudo, as ações empreendidas pelos agentes políticos que compõem as instituições públicas responsáveis pela preservação do patrimônio cultural brasileiro, constituem apenas uma parte da ação preservacionista, considerando-se que para que esta se concretize também há a necessidade da manutenção do processo de conhecimento/reconhecimento, elaboração, fruição e valorização cultural. Esse processo ou mesmo o convívio cotidiano significativo com bens culturais preservados, pelos diferentes grupos sociais, conforma outro contexto, em que os atores sociais estabelecem formas de contato particulares com os espaços/lugares de vivência, e, decorrente disso, estabelecem diversas formas de pertencer ao espaço/lugar de convívio cotidiano e também de preservar seus bens culturais.

### **A interface das políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro com o contexto econômico e político nacional e mundial**

O histórico das ações e das políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro, desde a criação da primeira instituição em âmbito nacional para essa finalidade<sup>5</sup>, explicita que o patrimônio cultural material e, especificamente, os bens imóveis, tem sido o objeto de atenção e preocupação fundamental das instituições oficiais de cultura, em decorrência de uma concepção de patrimônio hegemônica no Brasil.

Em um primeiro momento, que corresponde a “fase heróica do patrimônio no Brasil”, essa concepção de patrimônio foi elaborada por intelectuais modernistas com perfil tradicional (arquitetos, artistas, escritores, historiadores etc.), a partir das noções destes acerca da arte, história, tradição e nação, que influenciaram a preservação de bens culturais de valor artístico, histórico e de monumentos. Tal concepção foi adotada pelo

---

<sup>5</sup> A primeira instituição federal criada no Brasil com o objetivo de preservar o patrimônio cultural brasileiro foi a Inspeção dos Monumentos Nacionais, em 1934 (FONSECA, 2005).

Estado à medida que esses intelectuais foram recrutados para compor o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e desencadeou uma ação preservacionista voltada à defesa de bens culturais relativos ao passado da nação brasileira, balizada pela apreciação estética, a partir da qual se buscou a definição da tradição cultural brasileira (FONSECA, 2005).

As políticas públicas oficiais de preservação do patrimônio cultural brasileiro elaboradas nessa fase, segundo Fonseca (2005), se assentaram em um padrão de trabalho do serviço público brasileiro considerado ético, que conferiu aos intelectuais “responsáveis” pela preservação e ao SPHAN uma autoridade sobre a definição dos critérios de seleção, sobre a ação preservacionista e a definição de políticas para tal, assim como sobre a identificação do que se deveria considerar como cultura brasileira. O sucesso desse padrão de trabalho associado à permanência de profissionais com um perfil próximo àqueles recrutados na década de 1930, acarretou a manutenção da concepção de patrimônio delineada por essa instituição até o fim da década de 1960 e a concentração de esforços na realização de obras e tombamentos.

Contudo, o gradual desgaste desse padrão de ação do SPHAN, estimulou a formulação de diversas críticas às limitações operacionais e conceituais que a instituição apresentava na década de 1970, baseadas no argumento de que os agentes políticos encarregados da preservação do patrimônio enfatizavam as expressões da “cultura do colonizador”, ênfase essa que teve inclusive seu caráter nacional questionado e passou a ser problemática, por desconsiderar um conjunto de bens culturais relacionados às expressões de “[...] um conjunto diverso de minorias étnicas e culturais que demandam formas particulares de inserção e pertencimento à nação” (FONSECA, 2005; LEITE, 2004, p. 51).

No período pós- Estado Novo e, mais especificamente, após o regime autoritário (1970), segundo Fonseca (2005, p. 138; 140-141), deu-se o início à “fase moderna do

patrimônio no Brasil”, influenciada pelas críticas direcionadas ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), alinhadas com o contexto de crise do regime militar e de apresentação de diferentes demandas notadamente ligadas a anseios de democratização política e cultural, por parte da sociedade. Essa fase, segundo a autora, foi marcada pela ampliação da noção de patrimônio, tributária da modernização da “noção de cultura brasileira” e compreendeu a formulação progressiva “[...] da idéia de *bem cultural*, que surgiu como alternativa atualizada e mais abrangente à noção de patrimônio histórico”, reposicionada em relação ao contexto econômico e político nacional, por meio da atribuição de um valor econômico aos bens culturais e, conseqüentemente, de sua utilização no planejamento social e econômico nacional em favor do estímulo a um processo de desenvolvimento apropriado a realidade brasileira.

As políticas públicas oficiais de preservação do patrimônio cultural brasileiro elaboradas nessa fase foram influenciadas pela ampliação da noção de patrimônio, pela especialização das atividades e o aperfeiçoamento dos padrões técnicos do IPHAN, modernização ocasionada pela inter-relação dessa instituição com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)<sup>6</sup> e pelo novo perfil dos intelectuais que integraram o quadro de profissionais dessa instituição, com formação na área da administração, das ciências físico-matemáticas e sociais, ou ligação com o mundo industrial. Além disso, a valorização econômica dos espaços urbanos e as pressões para sua re-organização, assim como a atribuição de um valor econômico aos bens culturais constituíram um novo argumento à preservação do patrimônio, que auxiliou no convencimento de autoridades e da sociedade civil sobre a importância da ação preservacionista.

---

<sup>6</sup> O início das relações da instituição pública responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro – o/a SPHAN e o IPHAN – com organizações multilaterais, deu-se em 1965, quando o SPHAN recorreu à consultoria da UNESCO para reforçar e modernizar os processos de gestão do patrimônio, da especialização da tecnologia e para solicitar que esta organização desempenhasse o papel de negociador entre SPHAN, proprietários, setor público e Igreja, sensibilizando e persuadindo esses interlocutores de “[...] que os interesses da preservação e os do desenvolvimento não são conflitantes mas, pelo contrário, são compatíveis” (FONSECA, 2005, p. 160).

Esse contexto gerou, por parte do IPHAN, um novo tratamento à questão patrimônio, que passou a se processar “[...] em duas direções: seja considerando os bens culturais enquanto mercadorias de potencial turístico, seja buscando nesses bens os indicadores culturais para um desenvolvimento apropriado”, contexto e direcionamentos estes que explicitaram que a experiência e a estrutura dessa instituição seriam insuficientes para atender as demandas por vir, o que também acarretou a adoção de duas novas orientações para a política de preservação: a descentralização da responsabilidade de preservação com os governos dos Estados e municípios e a articulação das atividades de preservação às outras atividades do setor público, notadamente àquelas ligadas ao planejamento urbano (FONSECA, p. 142).

Embora Choay (2001) explicita que a própria elaboração do conceito de patrimônio tenha sido influenciada por uma forte conotação econômica, a valorização econômica salientada aqui, no contexto da “fase moderna do patrimônio cultural brasileiro”, corresponde a um processo que visava à conformação de um produto econômico. Essa valorização que, associada ao discurso do desenvolvimento como variável justificadora de qualquer tipo de uso do patrimônio cultural, inclusive àqueles que rivalizam com sua proteção e que colocam em segundo plano seu valor social, segundo Arantes (1987) propiciam que os bens culturais sejam avaliados e considerados exclusivamente enquanto suporte físico da história e subordinados aos interesses turísticos ou, como complementa Choay (2001), subordinados aos interesses do mercado imobiliário, em virtude seu valor comercial.

As transformações mais recentes ocorridas na orientação preservacionista no Brasil, podendo-se se suspeitar que motivados por um conjunto de características e elementos que, talvez, explicitem a conformação de uma nova fase do patrimônio, segundo Leite (2004, p. 19-20; 71), tem acarretado um tipo de intervenção nos espaços urbanos que, embora caracterizados por formas/expressões da vida cotidiana pública, tem ocasionado

“[...] a alteração da paisagem urbana, com a transformação de degradados sítios históricos em áreas de entretenimento urbano e consumo cultural”. Esse tipo de intervenção que é considerada pelo autor como resultado de políticas de *gentrification*, diretamente relacionada à alteração da forma de participação do setor privado e público nas políticas relacionadas ao patrimônio, caracteriza-se pela “[...] a transformação dos significados de uma localidade histórica em um segmento do mercado, considerando a apropriação cultural do espaço a partir do fluxo de capitais”, processo esse que tem resultado na apropriação praticamente privada do espaço urbano, por meio de “[...] práticas [que] segmentam áreas centrais das cidades históricas e as transformam em cenário de disputas por um fragmentado espaço de visibilidade pública”.

No âmbito das possibilidades de se “explorar” o patrimônio cultural pela via do consumo cultural de entretenimento urbano, Rodrigues (1987, p. 80; 1998, p. 12;) lembra que desde a década de 1960 esse patrimônio tem sido considerado como elemento chave para “[...] o desenvolvimento da indústria turística do País, pois o poder de evocação, que lhe é próprio, o faz uma das mais importantes matérias-primas para o turismo”. A valorização do patrimônio cultural por meio do turismo, que pode acarretar implicações negativas ao processo de valorização social dos significados simbólicos deste e comprometer a sua fruição cultural começou<sup>7</sup> a ser articulada com o desenvolvimento do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PRCH/PCH), em 1973, o qual “[...] pretendia criar linhas de crédito especiais para o restauro de imóveis destinados ao aproveitamento turístico, a concessão de incentivos tributários, a formação de mão-de-

---

<sup>7</sup> Arantes (1987, p. 51) salienta que a vinculação do patrimônio cultural aos interesses da “indústria do turismo” já havia vinha sendo estimulada pelas Normas de Quito, pelo Compromisso de Brasília (1970), pelo Compromisso de Salvador (1972) – que recomenda o desenvolvimento da indústria do turismo associado à valorização e preservação do patrimônio natural e cultural – e pela Portaria Interministerial assinada pela SEPLAN, MEC e MIC (1977) – que dispõe sobre o direcionamento de recursos para preservação de bens culturais que pudessem constituir infra-estrutura para o turismo – diretrizes estas que, segundo o autor, configuraram a “filosofia do Programa ‘Cidades Históricas’”.

obra especializada em restauro e instituir a inclusão da legislação protetora do acervo cultural, histórico e artístico, incluído nos planos diretores de desenvolvimento urbano”.

No âmbito dessa discussão relacionada à formatação do patrimônio cultural enquanto “mercadoria autêntica”, Gastal (2003, p. 83) infere que, no Brasil, esse processo foi potencializado pela elaboração da política de renúncia fiscal – Lei Rouanet – Lei nº 8.313 – no governo de Fernando Collor de Mello, a qual “[...] significa que o governo transfere não apenas recursos financeiros, mas a própria gestão, a prioridade e os objetivos dos assuntos e das políticas culturais para os grandes grupos financeiros, [...] serão eles [...] que escolherão quais produtos culturais ‘merecem’ apoio financeiro”.

Ademais, a formatação de produtos pressupondo o uso do patrimônio cultural na oferta de serviços de lazer, segundo Choay (2001), parte da contínua valorização de diferentes bens culturais pela indústria patrimonial, com o discurso de seu aproveitamento turístico, atualmente representa um empreendimento considerável para diversas localidades, que integram um mercado internacional criado para tal finalidade e tem garantido, inclusive, sua sobrevivência econômica. Contudo, no caso brasileiro, especialmente as ações preservacionistas fomentadas por políticas públicas oficiais, apesar de lastrearem-se por esse discurso que gerou resultados econômicos positivos internacionalmente, mesmo transformando diferentes bens culturais em produtos para o consumo cultural, embalados segundo os recursos fornecidos por essa indústria cultural internacional, parecem não ter alcançado o mesmo sucesso, o que talvez esteja propiciando que tais bens sejam reutilizados e transformados em palco de experiências de entretenimento, para um público consumidor iludido pelo discurso publicitário que utiliza o valor cultural como chamariz e desvinculam o patrimônio da natureza histórica desses bens.

As questões e demandas que, contemporaneamente, tem se colocado para a preservação do patrimônio cultural brasileiro e para a elaboração de políticas públicas a

este direcionado, além de relacionar-se aos resultados das reflexões e transformações ocorridas no âmbito da prática, das técnicas e teorias da preservação do patrimônio cultural também tem sido influenciadas pela globalização e pela política e economia neoliberal. Isso porque, o fluxo de um volume cada vez maior e mais rápido de capitais financeiro e humano, de tecnologia, de imagens, bem como da permeabilidade e flexibilização dos limites que até então definiam a separação entre os Estados-nação, da percepção das diferenças existentes entre os povos, da questão da complexidade cultural, do localismo, da relatividade histórica, espacial e temporal das culturas, do estabelecimento de redes de poder e de interdependência, concorreram não só para a instauração de uma nova ordem política, econômica e social mundial, mas também para a adaptação/transformação do patrimônio cultural em uma “mercadoria autêntica” e para sua inclusão no sistema de “produção” e consumo de massa, a partir da atuação articulada e coordenada de organizações multilaterais, de corporações transnacionais, de instituições da iniciativa privada e do setor público, com a finalidade de que estas auferam renda monopolista das localidades e dos bens que constituem expressões culturais singularidades de diferentes localidades<sup>8</sup>.

Em complemento a essa reflexão sobre a adaptação dos bens culturais para que estes sejam transformados em mercadorias e a sua inserção no sistema de consumo de massa, cabe destacar a suspeita de Harvey (2005, p. 229) de que o grupo de capitalistas que busca a centralização de capital e a detenção de uma renda e um poder monopolista talvez o faça a partir da compreensão de que é na dimensão local que se desenvolve o processo de produção cultural e sua adaptação enquanto mercadoria, possivelmente, percebendo também que “[...] que a idéia de ‘cultura’ está cada vez mais enredada com as tentativas de reassegurar tal poder monopolista, exatamente porque as alegações de singularidade e autenticidade podem ser melhor articuladas enquanto alegações culturais

---

<sup>8</sup> Essa discussão refere-se às reflexões teórico-científicas formuladas por Featherstone (1997), Ianni (1996), Harvey (2005) e Rede (2003).

distintivas e irreplicáveis” e porque os atuais interesses pela inovação cultural local e pela “[...] ressurreição e invenção de tradições locais se vincula ao desejo de extrair e se apropriar de tais rendas”.

Percebe-se, portanto, que as características que delineiam atualmente os contextos político, econômico e social, têm impactado tanto as práticas quanto a elaboração de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, cenário que explicita uma atuação equivocada do Estado e, conseqüentemente, a elaboração e implementação de políticas públicas limitadas e parciais, visto que, ao que se depreende do histórico das políticas de preservação do patrimônio no Brasil, estas não correspondem ao que, em tese, se compreende como o papel de uma política originada no âmbito do setor público.

As políticas públicas constituem os direcionamentos indispensáveis para os processos de tomada de decisão do Estado, assim como para o planejamento e avaliação dos processos operacionais e estratégicos, materializados em instrumentos políticos ou diplomas legais, que possibilitariam o alcance da finalidade desse ente representativo da sociedade, ou seja, o alcance do bem comum, a partir de manifestações de conjunto ordenadas e submetidas a um poder, que é legitimado pela sociedade à medida que compreende a expressão da vontade coletiva, objetivada e despersonalizada na ação das instituições do setor público (BOBBIO, 2000; CRUZ, 2002; DALLARI, 1989).

Assim, nesse contexto caracterizado pela transformação do patrimônio cultural em “mercadoria autêntica”; de transformação dos espaços urbanos e seu aproveitamento enquanto áreas de entretenimento urbano e consumo cultural, especialmente em prol do desenvolvimento do turismo; de articulação da questão do patrimônio à elaboração de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social; de descentralização da gestão pública; de articulação do setor privado e das organizações multilaterais com o setor público na preservação e na gestão das políticas públicas relacionadas ao

patrimônio cultural deu-se a elaboração do Programa Monumenta, que é a atual política pública de preservação do patrimônio cultural material brasileira

### **Programa Monumenta**

O Programa Monumenta é uma política pública oficial de preservação do patrimônio cultural brasileiro, originada de uma iniciativa do governo federal e viabilizada por uma parceria inicial entre o Ministério da Cultura (MinC) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), subscrita pela UNESCO, a qual se somou a participação da Caixa Econômica Federal e a iniciativa privada. Essa política foi formatada por uma instituição privada contratada pelo MinC por meio de um convênio institucional firmado com a UNESCO e que parece ter sido assumida efetivamente pelo IPHAN apenas em 1999 (GASTAL, 2003; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009).

Leite (2004, p. 75) explicita que os recursos financeiros previstos para o Programa Monumenta somam duzentos milhões de dólares, sendo que sessenta e dois milhões e cinquenta mil dólares seriam provenientes do BID, outros sessenta e dois milhões e cinquenta mil dólares seriam aplicados pelo setor público brasileiro (instituições das instâncias federal, estadual e municipal) e o montante de setenta e quatro milhões e oitenta mil dólares seria a contrapartida prevista para as parcerias com a iniciativa privada. Além disso, tal autor ressalta que essa política pública decorre da celebração do maior acordo financeiro da história das instituições de cultura e que “[...] o financiamento do BID não é uma doação a fundo perdido, mas um empréstimo, a juros de 6,5% ao ano [...] cujo principal objetivo [...] [é] a dinamização econômica desses setores [...]” (LEITE, 2004, p. 75-76).

Gastal (2003, p. 78, 80), por sua vez, infere que nessa parceria, “o Banco entra como financiador, que terá no Brasil a Caixa Econômica Federal como gestor; o

Ministério, com a coordenação do Programa dentro do país; e a UNESCO com o ‘apoio técnico’ [...]” e completa que

para os países envolvidos, o apoio do órgão financeiro internacional significaria, em termos políticos, um reconhecimento, para além-fronteiras, da qualidade cultural do seu patrimônio arquitetônico, reforçando o orgulho local. Mas, para além da questão político-social, e identitária, ressaltaria as novas possibilidades das áreas de memória como negócio bancário. O financiamento ao Brasil teria alcançado 100 milhões de reais, valores que, aplicados, obrigam a uma contrapartida de 30%, a ser investida pelo tomador local, seja ele público ou privado.

Para Leite (2004, p. 75), o Programa Monumenta surge de um consórcio que “no plano institucional, as políticas de preservação, no Brasil, alinham-se a lógica do *enobrecimento*, celebrando o maior acordo financeiro de sua história” e que, por ter seu órgão gestor, a Unidade Central de Gerenciamento do Programa Monumenta vinculado diretamente ao gabinete do ministro da Cultura, “[...] transformou-se numa esfera paralela ao IPHAN na atuação das políticas de preservação no Brasil”.

Gastal (2003, p. 79) reforça que a participação da UNESCO no Programa com a finalidade de oferecer “[...] ‘apoio técnico’ [...]” é um “[...] subterfúgio burocrático para fugir à Lei de Licitação – que obriga a consulta pública para compras e contratação de serviços –, repassando as verbas, via convênios, ao órgão internacional que, para efeitos legais, será quem contratará (e pagará) os técnicos envolvidos no projeto dentro do país”.

Os objetivos do Programa Monumenta são “[...] permitir que o patrimônio histórico e artístico com proteção federal tenha suas características restauradas e que, cada vez menos, dependa de recursos federais para sua conservação”, “[...] preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano [...]”, “[...] estimular ações que aumentem a consciência da população sobre a importância de se preservar o acervo existente”, estimular o desenvolvimento de “[...] critérios de preservação [...]” e “[...]”

projetos que viabilizem as utilizações econômicas, culturais e sociais das áreas em recuperação no âmbito do projeto [...]” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009).

Para que tais objetivos sejam alcançados, o Programa Monumenta se estrutura em cinco componetes, a saber “Investimentos Integrados em Áreas de Projetos”, “Fortalecimento Institucional”, “Promoção de Atividades Econômicas”, “Capacitação de Artífices e de Agentes Locais de Cultura e Turismo” e “Programas Educativos sobre o Patrimônio Histórico” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009).

O Programa Monumenta que, atualmente e âmbito nacional é gerido pela Coordenação Nacional, a qual está sob a responsabilidade de Luiz Fernando de Almeida, contempla a participação de vinte e seis cidades brasileiras, as quais correspondem a projetos individuais que somados conformam o Programa, sendo que a sua proposta de desenvolvimento, segundo Gastal (2003, p. 78), seria “[...] adequada a cada uma das localidades, mas com uma mesma filosofia, que se embasa menos em questões histórico-culturais das localidades e mais naquilo que os documentos oficiais do Projeto têm caracterizado como *sustentabilidade, visibilidade, atratividade e acessibilidade*”, conceitos que parecem subsidiar o planejamento com foco em “[...] questões implicitamente turísticas [...]”, questões essas que desde o fim da década de 1970, com o Programa Nacional de Cidades Históricas, tornaram-se presentes nas políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, mas que a partir da década de 1990, mostraram-se como opostas e como pontos de tensão.

O conceito de acessibilidade presente no Programa Monumenta, de acordo com Gastal (2003, p. 86-87) “[...] corresponde à melhoria das condições de acesso à área, para tanto recomendando a implantação de estacionamento para veículos individuais e coletivos turísticos, e o alargamento e a melhoria de passeios e travessias de pedestres”, salientando que, ao que pode ser constatado em documentos analisados pela autora, a acessibilidade de que se trata “[...] não é universal, mas seletiva [...] [visto que] a

acessibilidade não supõe todos os segmentos da população, mas daqueles que se deslocam em carro de passeio ou veículo turístico”.

Outro conceito que merece esclarecimento é o de sustentabilidade econômica, que compreende “[...] que os ‘investimentos em monumentos públicos sob proteção estadual ou municipal devem apresentar taxa de retorno igual ou superior a 12% ao ano, a preços constantes’, e o mesmo se espera dos bens particulares” (GASTAL, 2003, p. 87).

Já o conceito de atratividade é entendido como “[...] selecionar ações que melhor contribuam para esse fim, ou seja, no jargão da Carta Consulta – Parecer Técnico, o de ‘destacar a implantação de usos comerciais, turísticos e culturais’ [...]”. Gastal (2003, p. 86-88) novamente ressalta que “a busca pela atratividade está implícita em toda a proposta, como ao direcionar financiamento para a restauração da fachada – a face do prédio que dá para a rua –, e não para o imóvel como um todo. [...] Na mesma linha, para maior visibilidade, os prédios monumentais receberão iluminação cênica, as calçadas serão alargadas e ganharão tratamento paisagístico”.

Os projetos que integram o Programa Monumenta e que serão objeto de análise desse projeto de pesquisa – o Projeto São Francisco do Sul (SC), Projeto Pelotas (RS) e o Projeto Porto Alegre (RS) – possuem gestores em âmbito local, que são responsáveis pelas Unidades Executoras de Projetos (UEPs), as quais são coordenadas respectivamente os Srs. Ângelo Pereira Costa, Ricardo Marques Silveira e Briane Panitz Bicca.

O Projeto São Francisco do Sul, um dos objetos de análise dessa investigação preliminar, até o presente momento, realizou nove obras, sendo cinco destas intervenções voltadas à recuperação e preservação de monumentos – Igreja Matriz Nossa Senhora das Graças, Terminal Marítimo (Portal do Turismo), Mercado Público Municipal, Museu Nacional do Mar e Museu Histórico –, quatro obras em espaços públicos – criação de estacionamento, obras na orla marítima (intervenções nas vias e logradouros, instalação

de mobiliário urbano, criação de trapiche e deck's na orla marítima), no Morro do Hospício e urbanização do Centro Histórico – e dez obras já concluídas em imóveis privados, sendo que estão sendo realizadas mais três obras em imóveis dessa natureza e ainda constam duas propostas em processo de contratação e vinte e uma propostas em processo de análise para intervenção. Além disso, nesse município também foram desenvolvidos três projetos voltados à educação patrimonial e ao desenvolvimento sócio-econômico, que são os projetos “Capacitação de Pescadores”, “Seminário do Patrimônio Naval” e “Oficina de artesanato naval” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009).

O Projeto Porto Alegre, segundo dados disponibilizados pelo Ministério da Cultura (2009), até o momento realizou onze obras, sendo oito destas intervenções voltadas à recuperação e preservação de monumentos – Palácio Piratini, Pinacoteca de Porto Alegre, Biblioteca Pública do Estado, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Museu de Arte do Rio Grande do Sul, Memorial do Rio Grande do Sul, Pórtico Central do Cais do Porto e Igreja Nossa Senhora das Dores –, três obras em realizadas em espaços públicos – Praça da Matriz, Praça da Alfândega e vias da área do projeto – e dez obras já concluídas em imóveis privados, sendo que estão sendo realizadas mais três obras em imóveis dessa natureza e ainda constam onze propostas em processo de análise para intervenção. Além disso, nesse município também foram desenvolvidos dois projetos voltados à educação patrimonial e ao desenvolvimento sócio-econômico, que são os projetos “Divulgação do Potencial Turístico e Serviço da Igreja das Dores” e “Qualificação Profissional do Auxiliar de Restauo” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009).

Por fim, o Projeto Pelotas, segundo dados disponibilizados pelo Ministério da Cultura (2009), até o momento realizou treze obras, sendo oito destas intervenções relacionadas à recuperação e preservação de monumentos – Casa n° 02, Teatro 7 de Abril, Biblioteca, Paço Municipal, Grande Hotel, Mercado Municipal, CASA 6 e Secretaria de Finanças –, três obras realizadas em espaços públicos – Fonte das Nereidas, Praça Cel. Osório,

Largo do Mercado, Beco das Artes e Beco dos Doces e das Frutas – e três obras já concluídas em imóveis privados, sendo que está sendo realizada mais uma obra e constam seis propostas em processo de análise para intervenção. Ademais, nesse município também foram desenvolvidos cinco projetos voltados à educação patrimonial e ao desenvolvimento sócio-econômico, que são os projetos “Inventário de Referência Cultural – Doces de Pelotas”, “Música Patrimônio Vivo”, “Cultura Aberta”, “Exposição Praça Coronel Pedro Osório” e “Qualificação Profissional de Nível Básico para Ofícios de Restauro e da Conservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico de Pelotas” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009).

### **Considerações Finais**

No contexto político, econômico e social contemporâneo, marcado pelas influências imperativas da globalização e da política econômica neoliberal, consubstanciou-se a articulação do patrimônio cultural e das políticas públicas oficiais de preservação deste à lógica prevaiente da produção e consumo de massa, a serviço da produção e reprodução capitalista de renda monopolista, centralizadora por natureza, principalmente por meio do fomento as práticas de consumo cultural ligadas ao entretenimento e ao turismo. Além disso, os desdobramentos da adoção da política econômica neoliberal, especificamente relacionados aos delineamentos da ação do Estado implicaram não só a descentralização das ações/atividades do governo, para as instâncias estadual e municipal, com a respectiva criação de estruturas administrativas e de instrumentos políticos e diplomas legais para o desenvolvimento dessas atividades, mas também a articulação deste Estado com a iniciativa privada e organizações multilaterais para o desenvolvimento de atividades que até então eram consideradas como de sua competência.

As ações de preservação, os projetos e os novos usos do patrimônio cultural que o Programa Monumenta pretende fomentar e que se mostram articulados a esse novo contexto não explicitam medidas que serão adotadas para propiciar a conformação de um ambiente e um contexto que favoreça o surgimento contínuo de usos caracterizados como expressões da vida cotidiana pública e de práticas de consumo articuladas a estas nos espaços públicos<sup>9</sup> que foram ou serão “enobrecidos” pelas ações do Programa, pela população local e os visitantes/turistas “consumidores” do patrimônio cultural. Ademais, tais ações podem ainda incitar o surgimento de contra-usos dos espaços de vida cotidiana pública e de práticas de consumo que não favorecerão o desenvolvimento econômico e social da população residente e da própria localidade que é objeto de ação do Programa Monumenta, assim como também podem não garantir o alcance dos objetivos de “sustentabilidade” do patrimônio cultural<sup>10</sup>.

É possível pensar que a preservação do patrimônio cultural brasileiro, por meio de uma política pública oficial de preservação vigente, o Programa Monumenta, no âmbito do discurso político se apresenta como resolvida a partir de uma proposta inovadora, concatenada à realidade contemporânea e direcionada à garantia da sustentabilidade do patrimônio cultural, bem como do desenvolvimento econômico e social das localidades, enquanto que, no domínio da implementação e gestão da política pública de preservação, se revela limitada e parcial?

A proposição desse questionamento associa-se ao delineamento de um contexto caracterizado pela problemática de que intervenções voltadas à preservação do patrimônio cultural, que predominantemente se direcionem para a preservação isolada de bens imóveis no espaço urbano, podem não propiciar o alcance dos objetivos previstos para as ações preservacionistas, ou seja, a garantia de manutenção do processo de

---

<sup>9</sup> Essa discussão articula-se às discussões teórico-científicas realizadas por Leite (2004) e Norberg-Schulz (2008).

<sup>10</sup> Essa reflexão baliza-se pelos apontamentos das investigações teórico-científicas realizadas por Hertzberger (1999) e Leite (2004).

produção-fruição-reprodução-valorização-preservação, a conservação da integridade física dos bens culturais e, por conseguinte, sua potencialidade memorial. Além disso, presume-se que a não articulação dessas intervenções às políticas públicas educacionais, econômicas e sociais dessas localidades, apresentam limitações face ao desenvolvimento cultural da sociedade, que fomente formas distintas de apropriação e expressão cultural.

Por fim, associar a garantia de sustentabilidade do patrimônio e desenvolvimento econômico e social ao desenvolvimento de uma atividade econômica, o turismo, suscita a necessidade de uma reflexão mais acurada sobre o que é efetivamente essa atividade, qual a sua importância na sociedade moderna, o seu papel e contribuição real na economia brasileira, assim como se existem exemplos no cenário nacional do desenvolvimento dessa atividade associada a processos educativos não-formais vinculados ao patrimônio cultural que proponham e tenham realmente possibilitado a valorização da cultura.

## Referências

- ARANTES, A. A.. Prefácio. *In*: ARANTES, A. A. (Org.). **Produzindo o passado** – estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico; Editora Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1984. p. 07-10.
- ARANTES, A. A. Documentos históricos, documentos de cultura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 48-55, 1987.
- ARGAN, G. C. **História da arte como história da cidade**. Tradução: Píer Luigi Cabra. 5. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção a)
- BESS, P. Comunitarismo e emotivismo: duas visões antagônicas sobre ética e arquitetura. *In*: NESBITT, K. (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica (1965-1995). Tradução: Vera Pereira. 2. ed. rev. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p. 401-415.
- BOBBIO, N. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Tradução: Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- BOLLE, W. Texto I. *In*: ARANTES, A. A. (Org.). **Produzindo o passado** – estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico; Editora Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1984. p. 11-23.
- BRESCIANI, S. Apresentação. *In*: BRESCIANI, S. (Org.). **Imagens da Cidade** – séculos XIX e XX. São Paulo: ANPUH; FAPESP; São Paulo-Marco Zero, 1994. p. 07-11.
- CRUZ, R. C. A. **Política de turismo e território**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Ed. da UNESP; Estação Liberdade, 2001.

DALLARI, D. A. **Elementos da teoria geral do Estado**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 1989.

DURHAM, E. Texto II. *In*: ARANTES, A. A. (Org.). **Produzindo o passado** – estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico; Editora Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1984. p. 23-58.

FEATHERSTONE, M. **O desmanche da cultura**: globalização, pós-modernismo e identidade. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1997. (Coleção megalópolis)

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-Iphan, 2005.

GASTAL, S. Projeto Monumenta: filosofia e práticas em interface com o turismo. **Turismo em Análise**, v. 14, n. 2, p. 67-76, Nov. 2003.

GARDINER, P. L. **Teorias da História**. 3. ed. Tradução Vítor Matos e Sá. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

GREGOTTI, V. Território e arquitetura. *In*: NESBITT, Kate (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica (1965-1995). Tradução: Vera Pereira. 2. ed. rev. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p. 371-376.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Anablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências)

IANNI, O. **Neoliberalismo e Neo-Socialismo**. Campinas: IFCH/Unicamp, 1996.

IZQUIERDO, I. Formação e tipos de memória. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 89-112, maio/ago. 1989.

LE GOFF, J. **Por amor as cidades**: conversações com Jean Lebrun. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998. (Prismas)

LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas, SP: Editora Unicamp; Aracajú, SE: Editora UFS, 2004.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Programa Monumenta**. Disponível em: <[http://www.monumenta.gov.br/site/?page\\_id=164](http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=164)>. Acesso em: 16 ago. 2009.

NORBERG-SCHULZ, Cristian. O fenômeno do lugar. *In*: NESBITT, Kate (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica (1965-1995). Tradução: Vera Pereira. 2. ed. rev. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

REDE, M. Estudos de cultura material: uma vertente francesa. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, n. 8-9, p. 281-291, 2000-2001.

RODRIGUES, M. **Imagens do passado** – a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987. São Paulo: Ed. Unesp; Imesp; Condephaat; Fapesp, 2000. p. 56-144.

RODRIGUES, M. Condephaat e a memória de São Paulo. *In*: MIGUITA, E. H. *et al* (Coord.). **Patrimônio cultural paulista** – CONDEPHAAT bens tombados 1968-1998. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998. p.11-17.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 1997. (Coleção cidade aberta)

RÚSSIO, W. Texto III. *In*: ARANTES, A. A. (Org.). **Produzindo o passado** – estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico; Editora Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1984. p. 59-78.

SAIA, H. Mesa-redonda. *In*: ARANTES, A. A. (Org.). **Produzindo o passado** – estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico; Editora Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1984. p. 79-95.

SANTOS, M. S. **Memória coletiva & teoria social**. São Paulo: Anablume, 2003.